

**O TOM E O TRAÇO: APONTAMENTOS HISTORIOGRÁFICOS
SOBRE A IMPRENSA NO BRASIL E EM MINAS GERAIS NA
PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX**

***THE TONE AND THE TRACE: HISTORIOGRAPHICAL NOTES ON THE PRESS
IN BRAZIL AND IN THE STATE OF MINAS GERAIS IN THE FIRST HALF OF
THE 19th CENTURY***

Rodrigo Fialho Silva *

RESUMO

Durante tempos a imprensa periódica foi vista por certa reserva pela História. Acreditava-se ser o resultado dos interesses de elites em promover um discurso dominante. Nas últimas décadas, a imprensa passou a ser lida como instrumento político e cultural veiculado por vários grupos interessados no debate público, sendo cotejada tanto como fonte, quanto como objeto de estudo. O objetivo do presente artigo é apresentar uma discussão historiográfica sobre os autores clássicos que se debruçaram sobre as primeiras análises acerca do alvorecer da imprensa no Brasil e na província de Minas Gerais, ao longo da primeira metade do século XIX e analisar os principais trabalhos que contemplam a imprensa mineira, sobre o mesmo período nos últimos anos.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia; Imprensa; Minas Gerais.

ABSTRACT

For a long time, the periodic press was treated cautiously by historians who, in general, believed it to be the result of the interests of elites to promote a dominant discourse. In recent decades, the press came to be read as a political and cultural instrument voiced by several groups interested in public debate, being courted as a source, as well as an object of study. The purpose of this article is to present an historiographical discussion on the classical authors that have focused on the first analyzes about the dusk of the press in Brazil and in the province of Minas Gerais, throughout the first half of the 19th century as well as to analyze the main works that deal with the press, over the same period in recent years.

KEYWORDS: Historiography; Press; Minas Gerais

* Pós-doutorando em História pelo PPGH/UFJF. Doutor em História Política pelo PPGH/UERJ. Professor do Programa de Mestrado em Letras do CES/JF-SMC-PUC-Minas e da UEMG - Unidade de Leopoldina. O presente texto é resultado das reflexões desenvolvidas no Grupo de Pesquisa denominado: *Do texto ao contexto: ensino, política e imprensa* da UEMG/Unidade de Leopoldina e no Grupo de Pesquisa *Ler, publicar e civilizar: usos da imprensa para a difusão da Literatura e da História em Minas Gerais no século XIX*, do Programa de Mestrado em Letras do CES/JF-SMC-PUC-Minas, certificados pelo CNPq. E-mail: fialhosilva@gmail.com. CES/JF-SMC/PUC-Minas, Programa de Mestrado em Letras, Av. Rio Branco, 3520, Centro, Juiz de Fora, MG, 36.016.000.

Introdução

Nos últimos anos, a imprensa oitocentista vem recebendo uma atenção especial por parte dos historiadores do político e da cultura. Em momentos significativos e decisivos de nossa história, a imprensa não só esteve presente na cena política, como também foi capaz de formar e mobilizar as opiniões, além de contribuir para transformar os espaços públicos (MOREL, 2005).

Em contextos e contingências temporais e históricas distintas, a imprensa teve seu papel social e lugar de destaque em meio à vida pública, mediando o “trânsito cultural” entre os redatores e seus respectivos leitores. De acordo com Peter Burke, o seu surgimento “facilita a interação entre diferentes conhecimentos ao permitir que as pessoas em lugares diferentes lessem os mesmos textos” (2003, p. 19).

Diferentemente de hoje, no século XIX, principalmente na primeira metade, período em que vieram à luz os primeiros periódicos no Brasil, os mesmos não tinham apenas a função e objetivo de noticiar e informar, mas, sobretudo, a de formar e “civilizar” seus leitores, irradiando, por assim dizer, sabedoria através de doutrinas filosóficas e políticas, divulgadas semanalmente.

Durante muito tempo, a imprensa oitocentista brasileira foi vista com certa reserva pela historiografia. A ela foi atribuída uma concepção descolada de sua realidade, pois considerada como fonte tradicional seria, então, responsável por registrar os “fatos” e a “verdade”, promovidos pelas elites, não sendo passível de ser tomada pelos historiadores como fonte nem como objeto de pesquisa e, tão menos, como agente histórico.

Entendida como porta-voz de pequenos grupos, geralmente, pertencentes à “boa sociedade” (MATTOS, 1994), seria responsável somente por reproduzir os fatos nas páginas impressas. Como artifício propagador das ideias de uma minoria, a imprensa foi percebida como elemento integrante de uma superestrutura e, portanto, apenas como um reflexo daqueles que detinham o poder econômico e político, o que lhes facilitaria o acesso ao mundo das letras.

A virada epistemológica se dá, a partir do momento em que a noção de fonte se amplia. Proposições estas apontadas pelos historiadores da terceira geração do movimento de “Annales”, cujos ensinamentos “atravessam” o Atlântico, aportando no Brasil na década de 1980, onde, coincidentemente, se iniciavam os programas de Pós-

Graduação em História em algumas universidades brasileiras, como a USP e UFRJ, por exemplo.

A partir de então, novos vieses interpretativos, somados a uma avalanche de temáticas, objetos e aportes teóricos advindos das ciências vizinhas se enriqueceram, ao mesmo tempo em que realçaram as pesquisas na área de História.

Assim, alarga-se a noção de fonte e outra apreciação é lançada sobre a relegada imprensa periódica. Neste sentido, a imprensa, antes reduzida a um mero veículo de informação e compilação das elites, se torna um valioso e significativo “manancial” para os historiadores, principalmente, para os que enveredaram pela vertente política e cultural da história.

Além de ser também um “lugar de memória”, a imprensa foi o meio de informação mais eficaz na sociedade brasileira, quando de sua implementação e difusão nas primeiras décadas do século XIX e, em conjunto com a cultura oral e auditiva, compôs e ajudou a transformar os aspectos sociais do Brasil monárquico. Mesmo considerada um objeto de uma minoria letrada, a imprensa foi, também um “espaço” de produção de ideias e exposição dos discursos políticos acerca da realidade observada pelos seus redatores.

Nos últimos trinta anos, a imprensa vem sendo considerada, fonte imprescindível para se estudar e compreender as contingências políticas e estruturas mentais dos atores que contribuíram, seguramente, para a formação do Estado e da Nação brasileiros.

Considerada hoje, salvo algumas exceções, uma “literatura de circunstância”, devido ao seu caráter temporário e por vir a público tratar das “negociações” sociais e políticas, a imprensa como fonte e objeto de pesquisa é capaz de retratar, não somente os fatos como um dia se quis, mas, sobretudo os anseios, desejos, convicções e conveniências de determinados grupos sociais, que imprimiram seus pensamentos e paixões. Sabe-se, porém que a imprensa não funcionava como uma “esponja” que absorvia a realidade tal qual havia acontecido. Foi, ao contrário, a representação (CARDOSO; MALERBA, 2000) de uma ou de várias realidades.

A concepção reducionista em relação à imprensa periódica se deve talvez às interpretações economicistas de décadas precedentes a 1980. A partir desta época, buscou-se considerar, destacadamente, as motivações e subjetividades de interesses dos atores responsáveis tanto pela tarefa tipográfica, quanto pela redação dos periódicos, pois como bem advertiu Jean-François Sirinelli (1998), ao discutir o retorno da história

política na França, que esta se deu, dentre outros fatores pela necessidade de “humanizar” a história e no Brasil, não foi diferente.

Desta forma, ao se analisar a imprensa e seu repertório de notícias, ideias e visões de mundo, é indispensável reler aquele(s) que está(ão) por trás da cena impressa, como uma via de mão dupla. Percebê-lo(s) em um contexto temporal específico, que lhe(s) permitia cotejar a realidade social e registrar suas subjetividades nas páginas dos periódicos, publicando-as e interagindo assim, com o público leitor.

Nessa perspectiva, existe um esforço por parte de muitos historiadores, nacionais e estrangeiros, em desvelar este “objeto” não apenas como fonte, mas, principalmente como agente histórico. Dessa maneira, verifica-se que nem sempre a imprensa foi alvo de análises históricas e imergir no mundo impresso oitocentista requer um exercício prévio. Tal tarefa não seria outra senão o exercício historiográfico.

De maneira geral este texto propõe um apontamento e análise das principais obras de historiadores que escreveram sobre a imprensa periódica do Rio de Janeiro e de Minas Gerais nos anos iniciais do século XIX.

O século XIX e a imprensa: percursos historiográficos

Depois de aproximadamente três anos entre pesquisas e viagens, o Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen publica *História Geral do Brasil*. O ano era o de 1857 e o Brasil havia passado por significativas mudanças desde a sua emancipação política em 1822 e os intelectuais brasileiros procuravam *avant la lettre*, institucionalmente (COSTA, 2000), discutir a formação do Brasil independente (REIS, 2003).

Neste sentido, muitas foram às interpretações acerca da independência e sua relação com a imprensa. Porém, de maneira geral e tradicional concordava-se que fora um feito realizado pelos portugueses, que além de colonizar, aproximando o “americano” da “civilização”, através dos contatos seculares constituídos ao longo da colonização, lhe “concedeu” a liberdade política (VARNHAGEN, 1975).

Dentre os temas tratados por Varnhagen em sua *História Geral do Brasil*, encontra-se a imprensa periódica surgida então, há algumas décadas na capital do Império. Podem-se considerar tais escritos como um dos primeiros registros sobre a imprensa no Brasil, em uma obra de cunho histórico.

Surpreende a forma como a imprensa é analisada. Longe de julgamentos tendenciosos e adjetivações características dos estilos de pensamento e escrita da época, os periódicos são descritos como um significativo artefato político nos momentos precedentes e subsequentes à Independência. Dessa maneira, Varnhagen buscou mapear os periódicos de maior relevância política e cultural da época e os comentou de forma cronológica. Primeiramente, é apresentada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, cujo surgimento se deu em 1808 e em seguida o *Patriota*, periódico científico, cujos exemplares já se encontravam perdidos na época da publicação de *História Geral do Brasil* (VARNHAGEM, 1975). Posteriormente, apresenta o jornal baiano *Idade d'Ouro*, e depois os polêmicos periódicos publicados na Inglaterra: o *Correio Braziliense* e o *Investigador Português*.

O texto traz informações sobre o surgimento e circulação, bem como esclarecimentos sobre dados pessoais e profissionais de seus redatores em notas enriquecedoras. Interessante, porém é perceber que a *Gazeta do Rio de Janeiro* aparece como o primeiro jornal brasileiro, mesmo carregado por características oficiais (SILVA, 2007).

No entanto, para alguns autores, o primeiro jornal brasileiro surgiu na Inglaterra e a diferença entre o surgimento de um e outro é de um curto espaço de tempo. A *Gazeta do Rio de Janeiro* veio à luz em setembro de 1808 e o *Correio Braziliense*, três meses antes.

Carlos Rizzini (1998), Nelson Werneck Sodré (1999) e Isabel Lustosa (2000) dentre outros, atribuem à *Gazeta do Rio de Janeiro* um caráter oficial, enquanto que o periódico de Hipólito da Costa seria o grande crítico do governo português.

Porém, Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros enfatizam que, embora alguns estudos estabelecem tal contraposição, ambos os periódicos se comparados, podem apresentar pontos de aproximação no campo das ideias políticas. De acordo com os autores:

[...] não se registram ataques de Hipólito à *Gazeta do Rio de Janeiro* – ainda que o jornalista criticasse outros veículos. Ao contrário, em vários momentos, o redator do *Correio Braziliense* transcreve, na íntegra, passagens da *Gazeta do Rio de Janeiro* sem contestá-la, fosse no conteúdo, fosse na autenticidade das informações [...] Em outro plano de comparação, podemos concluir que tanto a *Gazeta do Rio de Janeiro* quanto o *Correio Braziliense* defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às

ideias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração [...] (MOREL; BARROS, 2003, p. 18-19)

Tais proposições abrem novas veredas sobre a indistinção de pensamentos que pairavam sobre a mente dos respectivos redatores, sendo, inclusive difícil definir uma única tendência política dos periódicos. O que leva a crer que a análise dos discursos impressos, se confrontados, deixa transparecer as idiossincrasias, além dos distanciamentos de doutrinas e aproximações na maneira de pensar.

Por iniciativa da Imprensa Oficial, recentemente, o *Correio Braziliense* foi reproduzido e publicado (DINES, 2002) em forma de uma coleção, cujos volumes trazem o seu conteúdo na íntegra e ainda conta com estudos de especialistas sobre o periódico londrino e, seu redator, Hipólito da Costa (PAULA, 2001).

Dois anos depois da publicação de Varnhagen, o Cônego Fernandes Pinheiro (PINHEIRO, 1859), primeiro secretário do IHGB na época, publica na Revista Popular, o artigo *A Imprensa no Brazil* (SANTOS, 2005, p.1). Neste pequeno artigo, Fernandes Pinheiro procura discorrer inicialmente sobre o surgimento da imprensa na Europa, destacando o seu aparecimento em Portugal. Para autor:

Foi Portugal uma das nações da Europa, que primeiro acolheu a arte typographica, dando-lhe entrada pelos annos de 1464 a 1465, segundo affirma um douto acadêmico, antes que a França, a Inglaterra e a Hespanha gozassem d'esse útil invento. Multiplicadas edições sahirão de seus prelos, rivalizando algumas em perfeição, com o que de melhor se conhecia na Allemanha e na Hollanda. Erão porem os Judeus, que se occupavam n'este mister, e quando a intolerância não lhes embargava a industria, concorrião para o florescimento das letras lusitanas, diffundindo os primores de Gil Vicente, Sá de Miranda e Ferreira (PINHEIRO, 1859, p. 218) .

O texto trata da imprensa no Brasil e, por isso, Fernandes Pinheiro se remete ao período colonial para informar sobre as iniciativas e ensaios impressos em Pernambuco na época do governo do Conde Maurício de Nassau¹ e, posteriormente, no Rio de Janeiro sob a administração de Gomes Freire de Andrade (PINHEIRO, 1859, p. 2119-221).

¹ Diferentemente da opinião de Fernandes Pinheiro, que afirma ser Pernambuco a primeira Capitania a ter uma tipografia, o jornalista mineiro José Pedro Xavier da Veiga, considera a tipografia implementada no Rio de Janeiro por Gomes Freire de Andrade no século XVIII, como a primeira do Brasil. VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa de Minas Gerais (1807-1897)*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano III, 1898, p. 170.

Sem qualquer menção aos periódicos publicados na Inglaterra, escreve ligeiramente sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o *Idade d'Ouro* e sobre a revista literária denominada “*Patriota*” e informa que em 1821, no Brasil “existião oito periódicos; dos quais erão os mais notáves a *Aurora Pernambucana*, o *Semanário Cívico da Bahia* e o *Conciliador do Rio de Janeiro* [...]” (PINHEIRO, 1859, p. 223) para, em seguida, citar a criação do *Jornal do Comércio*, do *Spectator Brasileiro*, do *Aurora Fluminense*, *Astrea* e do *Malagueta* (PINHEIRO, 1859, p. 224)², sem desviar, contudo, o olhar para os periódicos surgidos em outras partes do Império.

Porém, oito anos após a publicação de “História Geral do Brasil”, a “Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil” trouxe um artigo intitulado *Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro* de autoria de Dr. Moreira de Azevedo, sócio efetivo do IHGB.

Seu texto se apresenta como um arrolamento dos periódicos e revistas que surgiram no Rio de Janeiro até a década de 1860. Destaca-se, porém, a sua importância no que diz respeito às tipografias e, principalmente, por revelar também os nomes dos redatores e dos periódicos fluminenses, como se pode perceber na citação abaixo:

Em 10 de Setembro de 1808 appareceu o periodico Gazeta do Rio, impresso por ordem do governo. Foi o primeiro periodico publicado no Brasil; era em 4 e sahia ás quartas e sabbados; a princípio foi redigido por frei Tiburcio José da Rocha, depois pelo coronel Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, e na vaga d'este pelo cônego Francisco Vieira Goulart. Publicava a Gazeta do Rio os actos, decisões e ordens do governo, a noticia dos dias natalícios da família real e das festas da corte, os acontecimentos principaes da guerra que Napoleão fazia a Portugal, e odes e panegyricos ás pessoas reaes”. (AZEVEDO, 1865, p. 178).

É característico do fazer histórico oitocentista, a busca pelos indícios biográficos, na medida em que os estudos focavam o particular e a cronologia. Assim, os textos de Fernandes Pinheiro e Moreira de Azevedo se aproximam, pois se preocuparam em inventariar a imprensa da época, mesmo fornecendo informações de maneira imprecisa.

² De acordo com Fernandes Pinheiro, os respectivos responsáveis pelos periódicos citados, com exceção do *Jornal do Comércio* foram: o francês Pedro Plancher dono de uma tipografia localizada na rua do Ouvidor, número 203 e os políticos: Evaristo Ferreira da Veiga, Antonio José do Amaral, José Joaquim Vieira Souto e Luiz Augusto Mayer.

Nota-se através dos autores citados, que a imprensa periódica já havia despertado o interesse de escritores atentos às transformações sociais no Brasil ainda na primeira metade do século XIX e que os discursos advindos das tipografias, destacavam-se no âmbito da esfera pública, cujas maneiras de pensar de grupos engajados com a novidade de se “imprimir as ideias” davam um novo tom à forma de imposição perante o mosaico social do Brasil, no início do século XIX.

O início do século XX

No alvorecer do século passado, a Revista do IHGB publicou um tomo especial em comemoração ao primeiro centenário da imprensa brasileira. Nesta ocasião, veio a público o artigo do engenheiro e poliglota pernambucano Alfredo de Carvalho sobre os primórdios da imprensa periódica. De acordo com Marco Morel, Alfredo de Carvalho coordenou uma série de pesquisas sobre a imprensa de alguns estados brasileiros e que muitas ainda permanecem incompletas (2005, p. 632).

Ainda na primeira metade dos noventa, pode-se destacar os trabalhos de Hélio Vianna (1945) que foi um dos primeiros estudiosos da imprensa no Brasil, cuja obra *Contribuição à história da imprensa brasileira* é uma das mais densas e rigorosas em termos de informações sobre os jornais que foram surgindo ao longo do século XIX.

Minuciosamente, Hélio Vianna tece uma pesquisa ímpar até então sobre a imprensa, destacando ao mesmo tempo o aparecimento de algumas revistas literárias, de economia, agricultura e jornais estudantis. O autor destaca também a atuação dos principais jornalistas, como: Visconde de Cairu, Cipriano Barata, Luís Augusto May e Antônio Borges da Fonseca (SILVA, 2010).

Um ano após o lançamento do referido livro, em 1946, Carlos Rizzini (1988) publica *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)*. Pode-se caracterizá-lo como o primeiro autor a dedicar-se ao estudo da fase da independência, que é chamada por ele de “jornalismo provinciano”, quando algumas províncias como o Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão se envolvem na prática e na arte impressa.

Anos depois, Nelson Werneck Sodré (1999) publica *História da imprensa no Brasil* uma obra de viés marxista, cuja leitura é obrigatória. O autor reconstrói o quadro de atuação da imprensa em momentos decisivos nas conjunturas políticas do Brasil como na Independência, nas Regências, na Era Vargas e na Ditadura Militar de 1964, sempre baseando sua análise nos aspectos ideológicos dos redatores dos jornais. Apesar

de algumas imprecisões, sua análise sobre os primórdios da imprensa brasileira é valiosa na medida em que fornece informações pormenorizadas sobre os redatores dos periódicos, bem como local de circulação e publicação dos mesmos.

Publicado originalmente no *Jornal do Brasil* (RODRIGUES, 1991) em agosto de 1972, o artigo *Independência: historiografia* de José Honório Rodrigues é um daqueles textos surpreendentes, pois trata dos aspectos ideológicos da emancipação política, além de comentar determinadas fontes sobre o tema e alguns arquivos, quando de repente o leitor se depara com um subtítulo denominado *Os Jornais*. Embora conciso, o texto demonstra sua preocupação com a preservação da imprensa enquanto fonte, em um período em que a mesma se encontrava relegada pelos historiadores.

Ainda no mesmo ano, um artigo publicado na *Revista Histórica*, chama a atenção pela sua originalidade. Trata-se de um estudo feito por Lincoln de Abreu Penna (1972) sobre o Brasil retratado na imprensa de Toulouse, entre os anos de 1815 e 1848. Dentre as principais notícias, as revoltas e insurreições populares, juntamente com o comércio internacional, receberam maior destaque. Tais preocupações se devem ao “fato das revoltas causarem a reação natural de um país que vivia sob a Restauração monárquica e a filosofia retrógrada da Santa Aliança” (1972, p. 72). A seu ver, a independência do Brasil teve pouca repercussão em Toulouse, pois “tendo sido proclamada pelo príncipe-regente português, foi encarada como desdobramento normal do sistema de Reino Unido, proposto, aliás, pelo Congresso de Viena” (1972, p. 72). Ana Maria de Almeida Camargo, também na década de 1970, inovou, ao se dedicar ao estudo da imprensa como artefato e ferramenta de trabalho para história (1975).

A partir da década de 1980, nota-se que os estudos sobre a imprensa no Brasil se tornam mais frequentes. Um pouco antes, em 1979, Arnaldo Daraya Contier (1979) apresenta *Imprensa e ideologia em São Paulo*. O autor pode ser considerado o precursor na apreciação da imprensa por meio da análise do discurso. Embasado em estudos teóricos da Linguística, Contier traça uma história pautada no vocabulário político e social, com o objetivo de diagnosticar os matizes ideológicos dos agentes sociais paulistas, entre os anos de 1822 e 1842.

Cecília Helena Oliveira (1984), uma das primeiras estudiosas sobre os correspondentes da imprensa periódica, na época da Independência, apresenta por meio de pesquisa criteriosa, interessantes contribuições sobre as contexturas dos interesses socioeconômicos dos correspondentes e redatores. Era comum entre os próprios

redatores e autores de cartas publicadas pelos periódicos, se valerem de pseudônimos e ocultarem sua verdadeira identidade.

A respeito da prática dos correspondentes em não revelar o verdadeiro nome, José Murilo de Carvalho informa que muitos dos jornalistas eram políticos e, por isso, “escreviam em jornais onde o anonimato lhe possibilitava dizer o que não ousariam na tribuna da Câmara ou do Senado” (1981, p. 44).

Em *Insultos impressos* (2000), Isabel Lustosa apresenta a trama política da época da independência protagonizada pela “guerra dos jornalistas”. Dentre muitos, os mais ativos incendiários, segundo a autora, foram nomes conhecidos pela história como: José Bonifácio, Hipólito da Costa, Luís Augusto May, Soares Lisboa e o próprio D. Pedro, protagonistas da política nacional, são aqui apresentados como colaboradores dos periódicos fluminenses. A autora destaca que, entre os anos de 1820 e 1823, a linguagem popular dos jornalistas tendia a se diferenciar da linguagem literária, pela escrita rebuscada dos redatores. Dessa forma, Lustosa mostra que nos discursos impressos, a linguagem popular se distinguia da literária pelo uso da gíria e de afrontas, uma das marcas características da imprensa na época da Independência.

Tantos os elementos da cultura popular quanto os da cultura erudita estavam presentes e imbricados no discurso da imprensa, onde era preciso não só fazer compreender, como também despertar as identidades. Assim, a imprensa também se configurava como palco onde se faziam presentes as disputas políticas e os debates dos redatores.

Ao buscar entender os reflexos da Revolução do Porto sobre as contingências políticas que levaram à independência do Brasil, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2003) se dedicou ao estudo da imprensa, principal veículo de informação da época, na tentativa de restabelecer os diálogos impressos entre Brasil e Portugal e vice-versa. Assim, em *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência*, Lúcia Bastos analisa os diferentes discursos que foram se configurando acerca dos aspectos eminentemente políticos, entre os anos de 1821 e 1823.

A autora caracteriza o surgimento de uma cultura política pautada nos discursos da imprensa lusa e brasileira com o intuito de aprofundar um estudo sobre a Revolução do Porto e seus reflexos no Brasil. Para isso, apresenta uma história política pautada numa abordagem dos conceitos, inspirada nos trabalhos da chamada *Escola de Cambridge*, representada por Q. Skinner, J.G.A. Pocock e A. Pagden, tomando os

periódicos, folhetos e panfletos brasileiros e portugueses como fontes principais em seu trabalho.

No tocante à metodologia, Lúcia Bastos estabelece um diálogo entre os folhetos e jornais buscando identificar na literatura de circunstância, os conceitos lançados pelos redatores, configurando um vocabulário eminentemente político. Lúcia Bastos destaca também as metáforas mais frequentes, estabelecendo as correlações mais significativas, em torno de quatro conceitos básicos articuladores da cultura política da Independência: despotismo, liberalismo, constitucionalismo e separatismo.

Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros (2003) em *Palavra, imagem e poder* fazem um percurso pelo século XIX brasileiro até o início do século XX, tendo como foco de estudo a imprensa, em uma maior duração. Os autores analisam os momentos iniciais da imprensa periódica no Brasil, procurando evidenciar aspectos do aparecimento da noção de uma opinião pública. Numa abordagem enviesada pela história cultural, os autores apresentam uma leitura das imagens contidas em alguns periódicos como o foto-jornalismo, a caricatura, a imprensa feminina, além de identificarem elementos do comércio e da escravidão, além de estabelecer as relações entre redatores e escritores.

Os autores também chamam a atenção para a existência de jornalistas formadores de opinião como Evaristo da Veiga, que produzia artigos e notas sobre os acontecimentos políticos, comentando-os e analisando-os, contribuindo, dessa forma, para o aparecimento de uma escrita literária. Juntamente com Evaristo da Veiga, Hipólito da Costa, Frei Caneca e Araújo Guimarães são apontados, pelos autores, como os representantes dos principais momentos na formação de uma literatura brasileira, ou melhor, de “uma literatura de circunstância” (MOREL; BARROS, 2003, p. 53), fazendo uma conexão entre literatura e jornalismo.

Uma das últimas publicações sobre a imprensa fluminense no século XIX é o livro *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)* do professor Marco Morel (2005). Tomando como referência os estudos e eixos teóricos de historiadores como, François-Xavier Guerra, Arlette Farge, Maurice Agulhon, Jurgen Habermas, Koselleck, Pierre Rosanvallon, Roger Chartier e Daniel Roche, Marco Morel apresenta um estudo sobre os atores envolvidos com a imprensa e com as associações surgidas no Rio de Janeiro, a partir da década de 1820, como a maçonaria, por exemplo. Não obstante, Morel

demonstra como foram capazes de formar uma opinião pública, noção cara aqueles que se dedicam ao estudo da imprensa oitocentista.

O estudo da trajetória histórica da expressão opinião pública pode evidenciar o seu uso como recurso para legitimação de práticas políticas, cujas operações simbólicas, transformam as opiniões individuais ou setoriais em opiniões gerais. Morel destaca como precursores dos estudos sobre opinião pública, situada na gênese da modernidade política, as reflexões de Habermas e Koselleck e no campo da historiografia, destacam-se as proposições de Roger Chartier e Keith M. Baker.

De acordo com o autor, “considera-se que a opinião pública remete a uma expressão que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XVIII” (MOREL, 2005, p. 201). Aos poucos, porém, a opinião politiza-se diante da crise da monarquia francesa e passa a se identificar com a formação de um espírito nacional, onde a legitimidade desloca-se do poder do Rei para um tribunal, o “Tribunal da Opinião Pública”.

Assim, esta posição define a opinião pública em suas características principais: fruto da comunicação entre os homens e do progresso social das Luzes, materializada na expansão da imprensa periódica e se traduzindo numa força que desse maior publicidade dos negócios públicos. Ao se basear nas proposições de Chartier, Morel aponta que tais transformações na concepção de opinião pública se tornam mais nítidas no período revolucionário francês. Segundo Morel, o fio condutor das análises de Chartier é a apreensão das lutas simbólicas, a concorrência de representações ou símbolos elaborados pelos protagonistas na perspectiva de construção do mundo social.

Dessa maneira e de acordo com Morel, Chartier sugere duas linhas principais de análise. A primeira constitui “os julgamentos particulares e as práticas da República das Letras como resultado da elaboração comum, mas abstrata, das ideias e palavras que se difundiam mediante os escritos e os impressos” (MOREL, 2005, p. 203). A segunda linha “mostra uma opinião pública coletiva e integradora, resultado não de relações abstratas e distantes, mas de práticas de sociabilidade política” (MOREL, 2005, p. 203). Morel leva em conta a imprensa periódica do Rio de Janeiro nos anos 1820-40, para realizar um encontro entre a origem da opinião pública e o processo de independência nacional. O estudo situa-se no quadro da imprensa periódica artesanal que caracterizou, de acordo com o autor, a primeira metade do século XIX no Brasil. Morel faz um questionamento perante a existência cronológica da imprensa no Brasil, que remonta a

1808, período que antecede seu estudo, porém, adverte que “a existência de uma imprensa periódica não implica necessariamente no aparecimento de uma opinião pública, no sentido crítico do termo” (2005, p. 203-204). Por isso, dado o perfil da Gazeta do Rio de Janeiro, “é difícil caracterizá-la constituidora de uma opinião pública dentro da definição de modernidade política proposta por Habermas [...] (2005, p. 204)”, por exemplo.

Morel informa que o momento decisivo para a formação de uma opinião pública, bem como para a gênese de um movimento de independência no Brasil, começa nos anos 1820/1821, cujos movimentos internacionais marcaram:

Mudanças significativas na estrutura política da Península Ibérica e de seus domínios na América. Em 1820, como é sabido, ocorreram as revoluções constitucionais na Espanha e em Portugal, inspiradas no modelo liberal da Constituição de Cádiz (1812). Estes acontecimentos teriam impactos importantes nos domínios portugueses e espanhóis na América. Uma das principais medidas das Juntas de Governo da revolução constitucional portuguesa foi o decreto estabelecendo a liberdade de imprensa, datado de 21 de setembro de 1820. Em seguida, a 13 de outubro, as mesmas autoridades liberam a circulação dos impressos portugueses fora de Portugal. [...] Estas iniciativas tocavam diretamente o Brasil [...] e não querendo perder terreno, o monarca assina, por sua vez, um decreto de 2 de março de 1821 suspendendo provisoriamente a censura prévia para a imprensa em geral [...] (MOREL, 2005, p. 205) .

No entanto, mesmo formalizada a liberdade de imprensa no Brasil o que se observa, de acordo com Morel, não é uma linha ascendente de crescimento desta liberdade, mas antes, uma sinuosidade em relação ao controle da mesma. É, a partir deste momento,

que começa a se fazer de maneira mais consistente, no Brasil, a passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas do Antigo Regime [...] para um espaço público onde se consolidavam debates através da imprensa (que nem sempre estava vinculada ao poder oficial do Estado) (MOREL, 2005, p. 205).

O autor ressalta, no entanto, que as formas antigas de comunicação como as leituras coletivas, os bandos, pregões e proclamações em alta voz, continuaram presentes, “caracterizando assim um hibridismo entre o arcaico e os primeiros passos de modernidade política, nos espaços públicos na capital brasileira” (MOREL, 2005, p.206).

O decreto sobre liberdade de imprensa contribui para o aumento de periódicos, de um em 1820 para onze em 1821. Cresce também o número de outros tipos de impressos. O repertório de notícias era variado. Discutia-se o destino da família real, bem como concepções acerca do Brasil e de Portugal, através de combates pessoais e inflamados, configurando o que Morel considerou como “zoologia política”, em outro de seus trabalhos (MOREL, 1999).

Entra em cena, a partir das nuances apresentadas pelo autor, a opinião pública. Para uns a opinião pública é o Reinado da Razão e da sabedoria, cujos construtores são os esclarecidos, considerados “ilustrados”. Nesta perspectiva, defendiam-se a ordem e a moderação, componentes centrais do repertório típico dos liberalismos do início do século XIX, em resposta aos princípios revolucionários e ao absolutismo contrarrevolucionário que desde o final do século XVIII eram, de acordo com Morel, a referência fundamental nos embates políticos (2005). Para outros, protagonistas da cena pública do início do período regencial, a imprensa cujo crescimento fora notório, se torna o instrumento onde as discussões políticas apresentam-se num “tom mais alto”, nas palavras do autor.

A opinião pública passa a ser entendida como um “tribunal”, o “Tribunal da Opinião Pública” e defendido por alguns jornais que simpatizavam com o regime republicano, onde a aspiração da maioria é vista como a vontade legítima. Aos poucos, a opinião deixa de ser vista como “Rainha do Mundo” e vai sendo substituída pelo Tribunal, dispensando a mediação dos filósofos da “República das Letras”, passando a expressar a vontade “da maioria dos membros de uma sociedade” (MOREL, 2005, p. 210).

Para Morel, a expressão opinião pública insinua, também a existência de um público que pode ser, ao mesmo tempo, receptor ou criador, utilizando a própria imprensa para obter alguma característica do próprio público (2005). Em primeiro lugar, o autor faz um levantamento quantitativo sobre o perfil sócio-profissional dos leitores e destaca a relação entre redatores e leitores. Estes se encontram invariavelmente marcados por um jogo de imagens: *espelho* e *miragem*. Espelho: onde se constroem identidades e posições a partir das próprias referências. Miragem, onde se busca, às vezes em vão, um público e uma opinião que só existem nas aspirações de quem lê ou escreve.

Para evidenciar os atores políticos responsáveis pela transformação dos “espaços públicos” da Corte, Morel recorre à metodologia da prosopografia com o objetivo de

buscar informações pormenorizadas desses que compuseram uma “nobreza cultural”. Portanto, aponta que ser assinante de um periódico tinha significativa importância, pois configurava um jogo de interesse e tomada de posição política, sendo um “ato de opinião” (MOREL, 2005). De acordo com a análise baseada no levantamento do próprio redator da Gazeta do Brasil, comerciantes, militares e eclesiásticos formavam a base da opinião pública.

O autor faz uma transposição deste público para a sociedade do Antigo Regime e aponta a permanência de valores arcaicos. Em seguida, aparecem funcionários governamentais, médicos, deputados e senadores e, por fim, vem um grupo rotulado de “diversas classes” não definidas pelo redator que, de acordo com Morel (2005), estava interessado em construir uma imagem de um determinado Público. Existiam ainda os leitores ativos e passivos.

Alguns periódicos priorizavam uma espécie de diálogo entre os membros da República das Letras e destes com os grupos dirigentes, formando uma camada de homens de letras. Tal posicionamento, segundo Morel, era uma espécie de nostalgia da República das Letras que brilhara no século anterior. Estes homens de letras buscavam uma integração com outros grupos de poder, que não necessariamente integrantes do campo cultural.

Por outro lado o público chamado de passivo situava-se fora das fronteiras da República das Letras. Era um público visto como rude, iletrado, pobre, sem instrução e miserável, porém, isso não quer dizer que eles não fossem capazes de criar movimentos políticos e sociais, ressalta Morel.

Apontamentos historiográficos sobre a imprensa mineira: primeira metade do século XIX

Há tempos, o historiador mineiro Francisco Iglésias (1958), chamou a atenção para o fato de Minas ser estudada somente durante o século do ouro e, posteriormente, na República Velha, saltando um longo e expressivo período de sua história. Tal afirmativa pode ser reavaliada pelos trabalhos que surgiram a partir da década de 1980 cujo principal objetivo, além de desvelar a “sociedade do ouro”, foi o de refutar a tese de decadência da economia mineira na virada do século XVIII para o XIX.

Nos últimos anos os estudos têm avançado na perspectiva de preencher esta lacuna, porém, de acordo com Afonso de Alencastro Graça Filho (2002) são escassas as obras sobre o papel das suas elites em momentos cruciais da história da nação, principalmente no início do século XIX. Recentemente, alguns pesquisadores têm se preocupado em desvelar o universo político e social mineiro deste período. Nessa perspectiva, a imprensa tem sido abordada como fonte e objeto, por alguns estudiosos e tangenciada por outros.

No final do século XIX, foi fundado o Arquivo Público Mineiro, por iniciativa de José Pedro Xavier da Veiga (MENDES, 2007), sobrinho de Evaristo Ferreira da Veiga, responsável pela redação de um dos mais expressivos jornais do Rio de Janeiro, o *Aurora Fluminense*. Um de seus projetos era criar uma revista, que circula até hoje, para que a história de Minas fosse divulgada e registrada. Dessa maneira, em 1896, surgiu o primeiro número da Revista do Arquivo Público Mineiro e dois anos depois, seu idealizador publicou um texto hoje clássico na historiografia mineira.

A imprensa em Minas Gerais 1807 – 1897 (VEIGA, 1898) pode ser considerado o texto fundador sobre a imprensa nas Gerais. Ao longo de suas oitenta páginas, destaca-se o inventário das publicações que surgiram neste recorte temporal, através de um texto meramente descritivo. No entanto, Xavier da Veiga inova ao levantar e apresentar dados significativos, embora descompassados, para a constituição do que hoje se pode considerar uma memória jornalística de Minas Gerais.

Xavier da Veiga faz uma digressão temporal e inicia o texto comentando sobre a invenção de Gutenberg, passando pelas técnicas desenvolvidas na Alemanha e nas Treze Colônias inglesas na América, para então chegar à América Portuguesa. Em seguida trata de inventariar os jornais surgidos nas províncias brasileiras, inclusive Minas, e sobre esta comete um equívoco que foi repetido posteriormente por Nelson Werneck Sodré. Em *História da Imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré, chega a afirmar que o primeiro jornal surgido em Minas foi *A Abelha do Itacolomi*, em 14 de janeiro de 1824 (1999, p. 35).

Mesmo que o autor tenha feito esta afirmação, se baseou nos ensinamentos de Carlos Rizzini e ressaltou em uma nota explicativa, que o primeiro periódico mineiro foi o *Compilador Mineiro*. De fato, Rizzini estava correto. Outro estudioso que também havia acenado para a falha foi Hélio Vianna,

Apesar dos estudos de José Xavier da Veiga, contidos em *A Imprensa em Minas (1807-1894)*, reproduzidos nas *Efemérides Mineiras (1664-1897)* e ampliados na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano de 1898, e apesar de vários subsídios posteriores, ainda permanece nebulosa a história dos primeiros periódicos publicados em Minas Gerais, o que se deve, principalmente, à escassez de exemplares seus, nas principais bibliotecas da capital do país, como do próprio Estado interessado. Preliminarmente, já se pode considerar esclarecida a questão da prioridade, em que se enganaram, além daquele benemérito estudioso, diversos bibliógrafos. Atribuíam-na à *Abelha do Itacolomi*, cujo primeiro número saiu a 12 (e não a 14, com o tem sido repetido) de janeiro de 1824, em Ouro Preto, e não ao *Compilador Mineiro*, que, tendo aparecido na mesma Imperial cidade, porém a 13 de outubro de 1823, tem inteiro direito àquela primazia. (VIANNA, 1945, p. 178)

O texto de Xavier da Veiga, embora romântico e ufanista, chama a atenção para os detalhes, inclusive técnicos dos primeiros passos da imprensa em Minas. Segundo o autor, a primeira oficina tipográfica das Gerais começou a funcionar pelas mãos do português, residente em Villa Rica, Manoel José Barbosa Pimenta e Sal e do padre Viegas de Menezes, em 1821. O autor lembra, no entanto, que a tipografia só passou a funcionar a partir de abril de 1822, data da licença concedida pelo governo e que neste intervalo de tempo, mais precisamente dois meses antes, surge também na capital mineira outra tipografia, denominada de “provincial”. (VEIGA, 1898, p. 184).

De acordo com Xavier da Veiga, o padre Menezes foi o responsável pela tradução para o português de verbetes do *Diccionario de Sciencias e Artes*, obra preferida de Manoel José Barbosa que ensinava as técnicas para a montagem de uma tipografia. Sempre, no seguimento de suas descrições, Xavier da Veiga, na tentativa de assegurar a “veracidade” de sua pesquisa, arrola as fontes oficiais relativas aos empreendimentos impressos, que incluem valores – altos por sinal –, projetos e planos de trabalho das tipografias citadas, principalmente a do governo da Província, que em consequência da visita de D. Pedro I em abril de 1822 a Minas, imprime quinhentos exemplares da “*Falla que S. A R. fez ao Povo e Tropa desta província*” (VEIGA, 1898, p. 184).

Xavier da Veiga percorre o “itinerário da imprensa” e configura uma espécie de “geografia impressa” ao citar e comentar os periódicos, ao destacar as datas de surgimento e circulação, além de informar suas respectivas localidades. Primeiro destacam-se os periódicos de Ouro Preto que foram: *Compilador Mineiro*, *Abelha do Itacolomi*, *o Universal*, *O Companheiro do Conselho*, *O Diário do Conselho do Governo da Província de Minas* e *O Patriota Mineiro*. Em relação aos redatores dos

periódicos citados, é notória a atenção dada ao estadista Bernardo Pereira de Vasconcelos, que ficou à frente do *Universal* até o ano de 1833 (VEIGA, 1898).

São João d'El-Rey foi a segunda localidade onde se implementou a imprensa. Veio à luz o *Astro de Minas* e, posteriormente, *O Amigo da Verdade*. O primeiro era de responsabilidade do rico comerciante e político Baptista Caetano d'Almeida a quem em nota explicativa, o autor acrescenta uma breve biografia. O segundo pelo padre Luís José Dias Custódio (SILVA, 2011), homem importante do cenário político mineiro na primeira metade dos oitocentos e ainda pouco estudada, cuja relação com o periódico é omitida³ por Xavier da Veiga.

Em seguida surge no Arraial do Tijuco pelas mãos de Manoel Sabino de Sampaio Lopes com ajuda de João Nepomuceno de Aguillar, o *Echo do Serro*. Na cidade episcopal e centro religioso das Minas, passar a existir o *Estella Marianense* e na Vila do Serro circula o *Sentinela do Serro*, cuja iniciativa e autoria se deve ao político liberal Theophilo Ottoni e, por último, o *Pregoeiro Constitucional*, em Pouso Alegre, cuja responsabilidade é atribuída ao padre João Bento Leite Ferreira de Mello e a João Dias de Quadros Aranha.

Sobre o *Pregoeiro Constitucional*, recentemente foi publicado um interessante artigo. De acordo com François Jean de O. Souza, “o Pregoieiro Constitucional foi criado por José Bento com o principal intuito de discutir o governo de Dom Pedro I que, em 1830, encontrava-se profundamente abalado pelas críticas que punham em cheque a sua constitucionalidade” (SOUZA, 2007, p. 3). Percebe-se que os periódicos não vinham a lume sem terem uma função pública e esta, era antes, uma necessidade política das elites mineiras ao ouvirem suas “vozes” ecoarem através da imprensa, do que um mero capricho.

Ao seguir uma linha cronológica dos trabalhos existentes sobre a imprensa mineira, destaca-se um breve texto de Eduardo Frieiro (1981). Pequeno e instigante é o escrito sobre os primeiros prelos mineiros que compõe o clássico livro *O diabo na livraria do Cônego*. Pioneiro em estudos que hoje podem ser identificados como característicos de uma história de viés cultural, Frieiro baseia-se nos apontamentos do padre José Joaquim Viegas de Meneses (VEIGA, 1898).

³ Figura polêmica do cenário político mineiro, Luís José Dias Custódio viveu maior parte de sua vida em São João d'El-Rei. Foi pároco da Matriz de Nossa Senhora do Pilar e responsável pela redação do *O Amigo da Verdade* e *A Ordem*. A maioria dos estudos sobre a imprensa mineira desconhece a participação de Luís José Dias Custódio na vida política mineira, através de sua atuação no *O Amigo da Verdade*.

De maneira incisiva, critica algumas afirmações de Viegas de Meneses sobre as informações acerca das tipografias mineiras. De acordo com Frieiro (1981), o padre considerou que a primeira oficina tipográfica instalada em Minas, mais precisamente em Vila Rica, foi a *Patrícia de Barbosa & Cia*, que passou a funcionar a partir da permissão concedida pelo Príncipe Regente em abril de 1822 e cujo responsável foi o português Manuel José Barbosa. Frieiro acrescenta que meses antes da autorização régia, o governo da Província havia instalado uma pequena tipografia que ficou conhecida, posteriormente, como tipografia provincial de responsabilidade do major Luis Maria da Silva Pinto (1981).

O texto de Frieiro chama-nos a atenção para os detalhes como, por exemplo, a impressão de algumas páginas denominadas de *Trovas Mineiras* de autoria do padre Silvério da Paraopeba, bem como as iniciativas e habilidades de dois moradores de Minas, em fundir as letras que iriam compor as páginas do *Eco do Serro* e do *Liberdade do Serro*, respectivamente pelas mãos de Manuel Sabino de Sampaio Lopes e Geraldo Pacheco de Melo, ambos ourives de profissão.

Alcir Lenharo (1993) em *As tropas da moderação* utiliza alguns periódicos como *O Universal* e o *Recompilador Mineiro* para buscar informações sobre preços, compras e vendas de produtos, cartas pessoais e subsídios sobre a elite econômica mineira envolvida pelas relações de mercado com a Corte.

Embora seja um trabalho dedicado ao papel das elites do centro-sul, principalmente as mineiras, em meio à articulação mercantil de abastecimento do Rio de Janeiro, após 1808, Lenharo entende a imprensa como meio de representação dessa mesma elite e sai na frente ao apontar a existência de um comércio de ideias, estabelecido entre as elites mineiras e fluminenses, paralelo ao comércio convencional de abastecimento.

Inspirada nas proposições de Norbert Elias acerca do processo civilizatório, Maria Augusta do Amaral Campos (1998), estudou as Vilas de São José e São João d'El-Rey, na primeira metade do século XIX. Ao se preocupar com as transformações sofridas em ambos os espaços pelos projetos propostos pelas elites locais, a autora analisa a imprensa local como um importante instrumento civilizatório, capaz de divulgar os anseios dessa elite, preocupada em informar e, principalmente, educar a população.

Wlamir Silva (2002) por sua vez, analisa a construção da hegemonia liberal-moderada pela elite mineira nos anos iniciais da Regência e utiliza os jornais mineiros,

do final da década de 1820 e início da seguinte para perceber o manejo, através da imprensa, do discurso de uma elite liberal moderada. Os periódicos são vistos como instrumento pedagógico da ação política desta elite. A imprensa funcionava, a seu ver, como um espaço de divulgação das ideias e convicções, além de ser um espaço de sociabilidade entre os grupos dominantes. Embora o autor tenha se valido da imprensa como parte significativa de seu *corpus* documental, a mesma não se caracteriza como objeto de estudo.

Alexandre Mansur Barata (2004) tem demonstrado como os jornais foram importantes para a formação dos espaços públicos em Minas. Baseando-se nos estudos de François Xavier-Guerra e Marco Morel, o autor traça, dentro dos espaços das Minas, as formas de manifestação das sociabilidades nas tavernas, praças, biblioteca e na imprensa. Barata destaca a imprensa como pólo irradiador e catalisador de práticas e ideias que ajudaram a compor um espaço público moderno. Como Wlamir Silva, Alexandre Barata também apresenta o levantamento dos periódicos mineiros, ao longo do Primeiro Reinado.

Ana Rosa Clolet da Silva (2005) entende os jornais como instrumentos ideológicos das elites mineiras para respaldar a discussão em torno do período da Independência. Mesmo preocupados com problemas variados, os historiadores mencionados chegam a acenar para o fato da imprensa, ou melhor, de alguns periódicos, terem sido um espaço onde os grupos políticos se faziam representar.

Luciano Moreira (2006), através de um estudo aprofundado sobre imprensa mineira, desde 1828 até 1842, além de apresentar, detalhadamente os jornais em circulação, aponta também os seus respectivos redatores. O autor inova tanto em resgatar significativos textos e fontes acerca das tipografias mineiras quanto ao mostrar o seu funcionamento, técnicas e dificuldades de manutenção. Ao discutir com Robert Darnton e Roger Chartier, entre outros, contribui com uma interessante análise para as práticas de leitura na província mineira, além de se dedicar em estudar os papéis de importantes personagens da história política mineira, tais como: Bernardo Pereira de Vasconcelos, Teófilo Ottoni, padre Marinho e a relação desses com a opinião pública (MOREIRA, 2011).

Recentemente, Raphael Rocha de Almeida (2008) se dedicou a estudar a imprensa mineira, referente ao primeiro Reinado, com o objetivo de perceber tanto a afirmação de uma esfera pública de poder, quando a construção das identidades coletivas. O autor discute os usos dos periódicos, as práticas de leituras, além de

apresentar os espaços de sociabilidade, e as estratégias impressas para difusão do ideário político liberal. O trabalho apresenta também uma análise das noções de patriotismo em contextos distintos. O primeiro em torno da Confederação do Equador e o segundo em momentos que antecedem a Abdicação de Dom Pedro I. Sobre os estudos de conceitos políticos, como monarquia e república, por exemplo, Elizabeth Seabra (1999), estudou as relações e a veiculação destes conceitos através da imprensa, apontando a praça pública como “espaço” de construção de identidades políticas.

Sobre as identidades políticas, dois estudos se destacam pela formação pública da mulher através da imprensa, mais especificamente sobre o estudo de gênero. Gisele Ambrósio Gomes (2009) estuda a imprensa feminina numa perspectiva da educação política e moral, trazendo à luz, novos questionamentos sobre a preocupação de alguns redatores com a educação da mulher. Além de mães e esposas, as mulheres deveriam contribuir para a construção da nacionalidade brasileira a partir de sua vivência no espaço privado do lar, de maneira politizada.

A autora traça um interessante panorama da “imprensa feminina”, em seus primórdios, além de apontar *O Mentor das Brasileiras*, periódico de São João d’El-Rey, como um difusor de uma história do Brasil, tendo como referência o francês Alphonse de Beauchamp, autor de *Histoire du Brésil*, publicado em 1815. Dessa maneira, *O Mentor das Brasileiras*, estimulava o papel da mãe educadora de futuras gerações de patriotas (GOMES, 2009).

Na mesma senda interpretativa, Mônica Yumi Jinzenji (2008) analisou *O Mentor das Brasileiras* a partir de sua inserção como um instrumento educacional destinado às mulheres. A autora trabalhou com os artifícios utilizados pelo periódico, numa perspectiva da história da educação, pois a imprensa possibilita análises variadas aos muitos campos do conhecimento, seja a educação, história, sociologia, filosofia e ciência política.

Anos depois, em 2011, foram discutidas as redes de sociabilidades impressas e os debates políticos travados pelos periódicos *O Astro de Minas*, *O Amigo da Verdade* e *O Universal*. Os dois primeiros eram de São João d’El-Rey e o terceiro de Ouro Preto. A pesquisa revelou atores políticos até então desconhecidos da historiografia mineira como o padre Luís José Dias Custódio, responsável pelo *O Amigo da Verdade* e apresentou a face jornalística de outros conhecidos como Baptista Caetano d’Almeida e Bernardo Pereira de Vasconcelos, dentre outros (SILVA, 2011).

Considerações finais

A partir da perspectiva historiográfica, observou-se que os trabalhos sobre a imprensa, principalmente os que se referem à província de Minas Gerais, estão se tornando mais frequentes nos últimos anos, o que significa que a imprensa vem sendo cotejada como objeto de estudo da História, em particular, e das Ciências Sociais, em geral. Ao longo do trabalho, buscou-se elencar e analisar os principais autores que se debruçaram sobre a imprensa na primeira metade dos oitocentos e seus respectivos trabalhos, na tentativa de traçar um diálogo e estabelecer um “chão social” para os interessados em tal temática que se consolida no campo das relações políticas e culturais. Assim, além de fonte privilegiada para análise das diferentes visões de mundo e objeto de investigação acerca das tensões sociais e políticas, entendemos também a imprensa como agente da História capaz de mobilizar a realidade e seduzir seus leitores.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Moreira de. Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico, e Ethnographico do Brasil*, 1865.

ALMEIDA, Raphael Rocha de. *Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império: Minas Gerais (1823-1831)*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2008. (Dissertação de Mestrado em História).

BARATA, Alexandre Mansur. Do secreto ao público; espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; CARVALHO, José Murilo de. *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. Sociabilidades, cidadania e identidade na Província de Minas Gerais durante o Primeiro Reinado, 1822-1831. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 14: 2004 jul. Juiz de Fora, MG. Caminhos da história: desafios da historiografia em Minas Gerais: anais eletrônicos, Juiz de Fora, ANPUH-MG, 2004.

_____; GOMES, Gisele Ambrósio. Imprensa, política e gênero. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 54, p. 42-55, 2008.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A imprensa periódica como objeto e instrumento de trabalho*. 1975. (Tese de Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo. São Paulo.

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João d'El Rey e São José do Rio das Mortes, 1810/1844*. 1998. (Dissertação de Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: UnB, 1981.

CASTRO, Therezinha de. *Hipólito da Costa: ideias e ideais*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo 1822/1842*. Petrópolis: Vozes, 1979.

COSTA, Célia. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 217-31, 2000.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.

DINES, Alberto (org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / Correio Braziliense, 2002.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. São Paulo: Itatiaia, 1981.

GOMES, Gisele Ambrósio. *Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil do oitocentos (1827-1846)*. 2009. (Dissertação de Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.

IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro: 1958.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832)*. 2008. (Tese de Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1993.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo Saquarema: a formação do estado imperial*. Rio de Janeiro: Aceso, 1994.

MENDES, Jairo Faria. *O “silêncio” das Gerais: o nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros*. 2007. (Tese de Doutorado) – Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo.

_____. O precursor nos estudos sobre jornalismo em Minas. *Observatório da Imprensa*, on-line, 2004 [capturado em 28/01/2008].

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842*. 2006. (Dissertação de Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

_____. *Imprensa e opinião pública no Brasil Império: Minas Gerais e São Paulo (1826 – 1842)*. 2011. (Tese de Doutorado em História). Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

MOREL Marco. A política nas ruas: os espaços públicos na cidade imperial do Rio de Janeiro. *Estudos Ibero-Americanos PUCRS*, v. 24, n.1, p. 59-73, junho 1998.

_____. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. Em nome da opinião pública: a gênese de uma noção. COLÓQUIO História e Imprensa. *Anais*. Rio de Janeiro: UERJ/IFCH, 1998.

_____; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida: um mecenas do projeto civilizatório em São João d’El-Rei no início do século XIX- a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária*. 2000. (Dissertação de Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Na querela dos folhetos: o anonimato dos autores e a supressão de questões sociais. *Revista de História*, São Paulo, n. 116, p. 55-65, 1984.

_____. *O disfarce do anonimato: o debate político através dos folhetos (1820-1822)*. São Paulo. USP, 1979. (Dissertação de Mestrado em História).

PAULA, Sérgio Goes de (org.). *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Ed. 34, 2001. (Formadores do Brasil)

PENNA, Lincoln de Abreu. O Brasil na imprensa de Toulouse (1815-1848). *Histórica*, ano 1, n. 3, set./dez., 1972.

PINHEIRO, Fernandes. *Revista Popular*. Rio de Janeiro, 1859.

RIZINNI, Carlos de Andrade. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957.

_____. *A tipografia no Brasil (1500-1822)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

RODRIGUES, Leda Boechat. *José Honório Rodrigues: ensaios livres*. São Paulo: Imaginário, 1991.

RODRIGUES, Alfredo F. *Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul (1828-1845)*. Rio Grande do Sul: Liv. Americana, 1899.

SANTOS, Marcella dos. As crônicas da quinzena da Revista Popular (1859-1862): o confronto entre as idéias nacionalistas e as influências francesas no século XIX. *Patrimônio e memória*. São Paulo: Unesp/FCLAs/CEDAP, v.1, n.1, 2005.

SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala: ideias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821-1825)*. 1999. (Dissertação de Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Identidades políticas e a emergência do novo estado nacional: o caso mineiro. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

_____. A Idade d'Ouro do Brasil e as formas de sociabilidades baianas. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, 2006.

SILVA, Rodrigo Fialho. O universo das letras: debates impressos e mediações culturais - São João d'El-Rey (1827 - 1829). In: SANGLARD, Gisele; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; SIQUEIRA, José Jorge. (Orgs.). *História Urbana: memória, cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

_____. Nas Minas...Por entre typos, jornais e tintas: sociabilidade intelectual, imprensa e pensamento político na província das Gerais (1823-1831). 2011. (Tese de (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

SILVA, Wlamir. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. De la demeure à l'agora: por une histoire culturelle du politique. In: BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. *Axés e méthodes de l'histoire politique*. Paris: PUF, 1998.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira, Discursos impressos de um padre político: análise da breve trajetória d'O Pregoeiro Constitucional. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 5, 2007, p. 3. [on-line]

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa de Minas Gerais (1807-1897)*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, ano 3, jan./mar. 1898.

_____. *Efemérides mineiras: 1664-1897*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

_____. O fundador da imprensa mineira: Padre José Joaquim Viegas de Meneses. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, v. 3, p. 240-249. jan./mar. 1898.

VIANNA, Helio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João d'El Rey*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1953.

Recebido em 20/3/2015/
Aprovado em 23/4/2015.